

**CIEDS - CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PROGRAMAS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

PROJETO BAIRRO EDUCADOR

ELEMENTO CONSTITUINTE

“APROPRIAÇÃO DO BAIRRO E DA CIDADE”

GRUPO DE TRABALHO

ANA CRISTINA SOUZA

CLAUDIA GARCIA

JOSÉ ROBERTO LOBO

MARY LANÇA ALVES

RIO DE JANEIRO - 2013

Apropriação do Bairro e da Cidade.

O sentimento de ser “dono” da coisa pública caracteriza a identidade entre o cidadão e a cidade ou entre o cidadão e a coisa pública. Essa relação de apropriação é a essência da cidadania e conforma os direitos de cidadania (GRANADO, 1994, p. 19-20).

Pensar a cidade como elemento educativo significa ir além do seu reconhecimento como local de práticas pedagógicas. Trata-se de apropriação da cidade, da sua história, memória, sua cultura. A cidade é um elemento vivo. Mais do que prédios e ruas, mais do que o local onde se vive, a cidade reflete uma sociedade em um determinado espaço-tempo. A opção por preservar ou não equipamentos históricos, o meio ambiente, os usos que são feitos dos espaços públicos e privados, a forma como as pessoas circulam e acessam seus bens e serviços reflete a relação das pessoas com a cidade.

Para falar em acesso à cidade é preciso compreender as relações que nela existem, seja no contexto histórico, geográfico, social, cultural e político. Santos (1996) apresenta o conceito de “espaço geográfico”, o qual é composto da relação dialética entre a disposição física das coisas e as ações ou práticas sociais que ocorrem ali. Desse ponto de vista, um olhar geográfico sobre o espaço deve considerar tanto a configuração física como o tipo de práticas e dinâmicas sociais que nela se desenvolvem.

Nesta perspectiva, ter, de fato, direito à cidade significa que o sujeito pode usufruir de determinado espaço pois esse também lhe pertence como cidadão. Esta ideia é oposta a de separação, proporcionada pelos muros e barreiras visíveis e invisíveis que dificultam e mesmo impedem que pessoas frequentem determinados lugares e manifestem determinados valores e comportamentos (SANTOS, 1996).

É possível contribuir com o direito à cidade despertando o interesse do estudante por espaços educativos para além da escola. Neste sentido, a metodologia de aulas-passeio desenvolvida por Freinet (1975) é bastante adequada. O autor defende que o processo educativo deve ser construído a partir das necessidades, curiosidades, interesses do estudante, tornando a aprendizagem significativa.

As aulas-passeio se desenvolvem em quatro etapas: motivação; preparação; ação e comunicação. Na primeira etapa apresentam-se para os estudantes o tema e o local a ser visitado. Na segunda etapa planejam-se os aspectos materiais (tempo, alimentação e transporte) e, em seguida, levanta-se com pesquisa informações geográficas e históricas sobre o local e o caminho a ser percorrido da escola até o mesmo. A terceira etapa é a visita com observação direcionada. Terminado o passeio, os estudantes consolidam o aprendizado em sala de aula e fazem pesquisas complementares sobre pontos obscuros ou novas descobertas. Na quarta etapa os estudantes compartilham o aprendizado com a comunidade escolar (LOPES, 2001).

E, além do aproveitamento de recursos educativos que a cidade possa ofertar, o direito à cidade está ligado à possibilidade de propiciar o desenvolvimento do senso crítico nos estudantes por meio da reapropriação do bairro e da cidade frente às conexões que podem ser estabelecidas entre a realidade local, do país e do mundo (SANTOS, 1992). É dada ao estudante a possibilidade de ressignificar sua visão de mundo a partir das novas experiências que lhe são proporcionadas para além da escola. Para Freire (1996), trata-se de transcender o seu mundo, partindo-se dele para alcançar o universo e retornar a sua realidade local em um outro patamar.

Dentro desta perspectiva política do que seja o direito à cidade, Lefebvre (1969) defende que é preciso lutar por ele, rompendo com a sociedade da indiferença e caminhando para um modo diferencial de apropriação do espaço urbano, marcado pela interação igualitária de diversos estilos de vida. Para tanto, é preciso contrariar o *status quo* de segregação e uniformização do cotidiano por meio da contestação e da vivência concreta de experiências alternativas, mais espontâneas e autênticas, propiciadas, por exemplo, pela arte e por atividades lúdicas comunitárias, como festas e jogos. Nota-se no autor uma tentativa de incentivar o protagonismo das novas gerações em processo formativo, qualificando seus saberes e visão de mundo.

Portanto, direito à cidade aborda a valorização do saber local, levando-se em consideração que suas manifestações “*somente produzem sentido a partir dos lugares onde a sua referência alcança uma concretude ao influenciar modos de vida, sistemas*

de ações e organiza a forma como as pessoas veem a si mesmas e ao mundo” (SANTOS, 2005, pg. 152).

Apropriação do Bairro e da Cidade na prática do Projeto Bairro Educador

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, art. Art. 3º, inciso X), um dos princípios que devem embasar o ensino é a “*valorização da experiência extraescolar*” (BRASIL, 2010). Por essa razão o Bairro Educador estimula atividades fora da unidade escolar, nas quais, não só são acessados museus, teatros, parques e outros espaços reconhecidamente educativos da cidade, como também procura-se dar visibilidade ao potencial cultural local.

Em vista de toda importância atribuída ao direito à cidade, o Bairro Educador tem como um de seus elementos constituintes a Apropriação do Bairro e da Cidade, que trata de um conjunto de ações intencionais de um grupo em apropriar-se simbólica e/ou materialmente de espaços na cidade, sejam estes situados no próprio bairro ou, numa perspectiva mais ampla, na própria cidade.

A expressão “Apropriação” quer dar conta de um movimento múltiplo:

I Estímulo e promoção de aulas-passeio. Uma forma de promover a aprendizagem significativa nas unidades escolares atendidas pelo projeto são as aulas-passeio (FREINET, 1975). Estas oferecem elementos vivos ao professor para enriquecimento da aprendizagem em sala de aula e melhor compreensão dos conteúdos ao propor a integração e experimentação do território e seu contexto sociocultural. Um desdobramento observado destas aulas é a autonomia que o professor e a escola como um todo ganham na relação com novos parceiros que entram em sua rede de contatos.

II Promoção de visitas guiadas. Estas são oportunidades educativas que não contemplam as etapas de uma aula-passeio, mas que são valorizadas no Projeto Bairro Educador por contribuir com a formação integral dos estudantes. Geralmente esta associada ao parceiro que disponibiliza convites e, via de regra, transporte. Um desdobramento importante é a naturalização do estudante para frequentar novos espaços da cidade que ele poderia não identificar como parte integrante do seu repertório.

III Participação em atividades culturais. O Bairro Educador promove a ocupação e uso de espaços para a formação de plateias por um público não tradicional. Cazelli (2010) chama a atenção para o fato de que as escolas públicas são a principal instituição responsável por favorecer o acesso dos jovens que nelas estudam aos bens culturais da cidade. O Bairro Educador potencializa esta característica da escola promovendo constantemente a visita a espaços culturais a fim de que o estudante, seus familiares e professores ampliem seu repertório cultural, reforçando a ideia de Santos (1996, s/d) de que “a cidadania só se constrói a partir dos espaços”.

IV A valorização da cultura local, trazendo expressões desta para dentro do espaço escolar, reconhecendo que cada território possui sua expressão cultural característica. Santos (2003; 2005) afirma que a articulação entre escolas e projetos culturais contribuem para uma melhora do desempenho escolar e da qualidade de vida do indivíduo. A exemplo disso, o Projeto Bairro Educador desenvolveu o “Desafio do Passinho” como uma estratégia pedagógica para se trabalhar as habilidades ligadas ao conteúdo “Dança” da disciplina Educação Física ao mesmo tempo que procura valorizar cultura local e imaterial. Trata-se de um concurso promovido entre unidades escolares de um mesmo território que valoriza uma dança originada nos bailes de favelas cariocas, que ganhou destaque pela forma de diversão/expressão entre a juventude.

V Desenvolvimento de Trilhas Educativas, que são caminhos pedagógicos, percursos de aprendizagem nos quais, por meio da integração da unidade escolar ao bairro e a cidade, diversos campos do conhecimento se organizam como contextos temáticos. Nelas, “os espaços da comunidade são tomados como espaços educativos e passam a ser aprimorados a partir de propostas pedagógicas orientadas pela educação integral.” (SARDENBERG, s/d, p. 22). As trilhas permitem a contextualização do conteúdo curricular, o exercício das habilidades de pesquisa (previstos no currículo formal) e a promoção de ações que geram impacto nas comunidades. Elas possibilitam que a unidade escolar seja um espaço de estudo, questionamento e vivências ao mesmo tempo em que também é um elemento articulador de desenvolvimento local e de melhoria da qualidade de vida.

VI Preparação dos espaços e equipamentos urbanos para receber os diversos segmentos populacionais. Esse tópico diz respeito à acessibilidade de cadeirantes,

deficientes visuais e outros, bem como ao acolhimento a estudantes de escolas públicas, que são crianças e adolescentes de estratos sociais menos favorecidos que, algumas vezes, são tratadas com desrespeito nestes espaços (SANTOS, 2003; 2005).

VII Ocupação e uso de espaços ou objetos com finalidades ou sentidos diferenciados dos que foram originalmente destinados. Exemplo 1: pneus jogados na rua, em lixões ou rios que são transformados em canteiros de plantas, ou brinquedos para crianças ou ainda em obras de arte popular. Exemplo 2: espaço abandonado do bairro, transformado em área de pesquisa ou lazer para as crianças e adolescentes. Exemplo 3: apresentação de rodas de leitura com crianças e contadores de história num local de grande circulação de pessoas.

O primeiro movimento do Projeto Bairro Educador para promover estas experiências é o mapeamento dos potenciais parceiros para articulação com as Unidades Escolares. A realização deste é uma das etapas do trabalho de reconhecimento da realidade local. A ideia do mapeamento vem do entendimento de espaço geográfico como um espaço do cotidiano em constante transformação (SANTOS,1996).

Ressalta-se que em diversas experiências este mapeamento do território é realizado com a participação dos estudantes que apresentam lugares e pessoas que não são identificados nos mapeamentos oficiais, construindo assim, uma importante ferramenta de trabalho que é o Mapa do Invisível. Dessa forma, o próprio mapeamento é uma oportunidade educativa na medida em que desenvolve o Protagonismo Juvenil dos estudantes com a valorização de seu saber local. Eles também passam a perceber o potencial educativo de sua comunidade e a reforçar sua identidade como morador da mesma.

Nas palavras do Passo a Passo do Programa Mais Educação:

A escola, de fato, é o lugar de aprendizagem legítimo dos saberes curriculares e oficiais na sociedade, mas não devemos tomá-la como única instância educativa. Deste modo, integrar diferentes saberes, espaços educativos, pessoas da comunidade, conhecimentos... é tentar construir uma educação que pressupõe uma relação de aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã. (BRASIL, Ministério da Educação, s/d, p. 5)

A articulação orientada de diferentes atores, recursos e espaços educativos situados num mesmo espaço permite não só o estabelecimento de alianças e canais de comunicação entre as diversas esferas de vida dos sujeitos, mas, principalmente, possibilita o aumento e a diversificação das ofertas educativas disponíveis.

Apropriação do Bairro e da Cidade e Educação Integral

O elemento constituinte Apropriação do Bairro e da Cidade contribui para a educação integral a qual visa à formação e ao desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo de conteúdo. Isso ocorre na medida em que oferece experiências significativas, oportunizando a *“realização da potencialidade de cada indivíduo, para que ele possa evoluir plenamente com a conjugação de suas capacidades, conectando as diversas dimensões do sujeito (cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica)”* (GUARÁ, 2006, p. 16).

Estas dimensões estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quando diz que o processo educacional deve visar ao pleno desenvolvimento e, por isso, precisa respeitar *“os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”* (BRASIL, 1990, art. 53 e 58).

As oportunidades de frequentar diferentes espaços educativos, além de permitir a ampliação dos horizontes dos estudantes, contribui para que os mesmos aprendam a conviver com pessoas diferentes de maneira positiva, dada a heterogeneidade existente na cidade (GOMÉZ-GRANELL e VILA, 2003).

Outra importância pode ser atribuída na agregação do conceito de cidade educadora como um paradigma para a educação integral (CENPEC, 2011). Nessa perspectiva, os territórios são intencionalmente educadores ao oferecer *“às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida”*, fazendo com que os conteúdos clássicos e a própria experiência escolar (MOLL, 2008, p. 14).

Esse pensamento corrobora o entendimento de que o esforço educativo não pode ser feito unicamente a partir da escola; ela não pode responsabilizar-se sozinha pela educação, respondendo indiscriminadamente a todas as demandas que lhes são feitas (GOMÉZ-GRANELL e VILA, 2003). Antes, todos os agentes da cidade devem assumir “sua responsabilidade educativa no contexto de um projeto conjunto” (p. 32), seguindo o princípio da LDB (Art. 1º) de que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Dentro destas premissas, o projeto Bairro Educador promove ações de Apropriação do Bairro e da Cidade com intuito de dar ao estudante elementos para seu desenvolvimento integral.

Limites à Apropriação do Bairro e da Cidade segundo a experiência do Bairro Educador

Alguns fatores dificultam ou mesmo impedem que o bairro e a cidade do Rio de Janeiro como um todo sejam considerados no plano pedagógico das unidades escolares como uma grande sala de aula.

- Um deles está relacionado à dificuldade de circulação dos estudantes em determinadas áreas dentro do próprio bairro devido a situações de violência.
- Outro está relacionado às limitações na mobilidade urbana, um direito do cidadão. Muitas ofertas educativas da cidade não são aproveitadas por falta de transporte que permita o acesso à cidade.
- Há pouca oferta de gratuidade nos equipamentos culturais e educativos e uma má distribuição geográfica dos mesmos pela cidade, com grande concentração no Centro e Zonal Sul e escassez nas Zonas Norte e Oeste da cidade.
- Instituições culturais não preparadas para receber os estudantes, seja por desconhecimento do que está sendo estudado na rede pública, seja por despreparo da equipe em acolher os estudantes.

- A falta de políticas públicas comuns entre os diferentes setores como Educação e Cultura. Observa-se isso na falta de previsão orçamentária dos projetos culturais para transporte, alimentação e material didático que facilitariam o acesso deste público aos espetáculos já disponibilizados.

Na experiência do Projeto Bairro Educador, estes itens dificultam que a cidade seja incorporada ao coletivo social como uma grande sala de aula com todo seu potencial educativo.

Conclusão

Quando a unidade escolar se percebe como parte da cidade e busca com ela uma parceria, identifica vários aspectos com os quais pode estabelecer relação com seu projeto político pedagógico e passa a considerar a cidade como parte do processo, do diagnóstico à realização das ações educativas.

O Projeto Bairro Educador tem trabalhado no sentido de contribuir com o fortalecimento dos processos de aprendizagem significativa nas unidades escolares, buscando a ampliação de oportunidades educativas no bairro e na cidade e, especialmente numa apropriação crítica destes espaços. Desta forma se concretiza para o estudante o exercício da cidadania.

Assim, os estudantes apoiados pela comunidade escolar, aventuram-se na exploração do bairro e da cidade, e descobrem novos usos e possibilidades para os objetos e lugares, e também para a sua vida social e afetiva.

Referências

- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Acesso em 01 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. 5ª edição. Brasília : 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Mais Educação - passo a passo**, pg. 05, s/d
- CAZELLI, Sibebe. 2010. Jovens, escolas e museus: os efeitos dos diferentes capitais. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; KOSLINSKI, Mariane Campelo; ALVES, Fatima; LASMAR, Cristiane. (Orgs.). **Desigualdades urbanas, Desigualdades escolares: a metrópole do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles; IPPUR/UFRJ, 2010, p.175-216.
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA (CENPEC). **Tendências para Educação Integral**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2011. Disponível em: http://www.viablog.org.br/conteudo/educacao_integral.pdf. Acesso em 10/10/2012.
- FERNANDES, Zizelda Lima. **Currículo, escola e comunidade – limites desafios e possibilidades** (Mestrado) PUCSP, 2009.
- FREINET, Célestin. **As Técnicas Freinet da Escola Moderna**. Lisboa: Estampa, 1975.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GRANADO, Antonio Carlos. Planejamento e cidadania. **Teoria e Debate**. São Paulo, junho/julho/agosto, 1994

GIROUX, Henry. **Os Professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOMÉZ-GRANEL, Carmem; VILA, Ignácio. Introdução. IN: _____. **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre. Artmed, 2003.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Caderno CENPEC: Educação Integral**, nº 2, São Paulo: 2006, p. 15-24. 10p. Acesso em 10/10/2012 (Disponível em http://www.fundacaoitausocial.org.br/arquivosstaticos/FIS/pdf/imprescindivel_educar_integralmente.pdf)

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LOPES, Josiane. Confira: em seu centenário, o grande educador continua vivo na sala de aula (reportagem de capa). **Revista Nova Escola**, edição 139, [online]. Jan., 2001. Disponível em < acesso em 18 abril de 2007 >.

MOLL, Jaqueline. Educação integral na perspectiva da reinvenção da escola: elementos para o debate brasileiro. IN: *Salto para o Futuro*. Educação Integral. Ano XVIII, boletim 13, ago. 2008.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Cátedra da Unesco da Educação de Jovens e Adultos. Disponível em <http://catedraunescoeja.org/noticia-107-avaliacao-da-aprendizagem-e-tema-de-seminario-internacional-no-rio.html#.UKOe5uQmeQo>. Acesso em 14/11/12.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*, 2ª edição, São Paulo: Nobel, 1992. Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Escolas do Amanhã. Disponível em

<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=2281501>. Acesso em 14/11/2012.

SANTOS, Milton. a natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec, São Paulo, 1996.

SANTOS, Rafael. Dimensões imateriais da cultura negra. **Teias**: Rio de Janeiro, ano 4, nº 7-8, jan/dez 2003

SANTOS, Rafael. Reflexões sobre alguns pontos para uma cultura viva. **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, jan.-abr. 2005, p. 149-156

SARDENBERG, Agda. *Trilhas Educativas: O Diálogo Entre Território e Escola* in **Coleção Tecnologias do Bairro-Escola: Trilhas Educativas**. São Paulo: Moderna, s/d.